

UNIVERSIDAD POPULAR MADRES DE PLAZA DE MAYO: EDUCAÇÃO COMO PROJETO DE RESISTÊNCIA

Patrícia Sadaike
Doutora em História Social – PUC-SP
E-mail: psadaike@yahoo.com.br

Resumo

Este artigo tem por objetivo refletir sobre a proposta educacional da *Universidad Popular Madres de Plaza de Mayo*. A instituição foi fundada por um grupo de mães que desafiou o governo militar argentino ao ocupar a *Plaza de Mayo* e realizar rondas semanais para cobrar informações sobre o desaparecimento de seus filhos. A UPMPM iniciou suas atividades acadêmicas no ano 2000 com o objetivo manter vivo os ideais e a memória dos militantes mortos e desaparecidos durante a ditadura e também viabilizar uma educação que visa à conscientização do indivíduo para que este alcance um grau cada vez mais elevado da sua prática política e, assim, superar e não naturalizar a opressão social imposta pela ordem do capital.

Palavras-chave: Universidade popular. Direitos humanos. Ditadura militar argentina. Madres de Plaza de Mayo.

Abstract

This article aims to reflect on the educational proposal of *Universidad Popular Madres de Plaza de Mayo*. This institution was founded by a group of mothers who challenged the Argentine military government by occupying the Plaza de Mayo and carrying weekly rounds out to collect information about their children's disappearances. The UPMPM began its academic activities in 2000 with the objective of keeping alive the ideals and memory of militants who died and disappeared during the dictatorship and also to allow an education aimed at raising awareness of the individual so that he or she can reach an increasingly higher degree of their political practice and thus, overcome and not naturalize the social oppression imposed by the order of capital.

Keywords: Popular university. Human rights. Argentine military dictatorship. Madres de Plaza de Mayo.

Introdução

"Como nasceu a universidade? Como quem gera um filho [...]. Os amigos perguntavam às *madres*: E agora? Da mesma forma que se pergunta a um casal quando virá o bebê. E assim, um dia nos reunimos e começamos a pensar na Universidade. Claro, com todos os medos de novas mães. Vai nascer sadia? E dizíamos a nós mesmos: sabemos como criá-la? [...]"¹

Hebe de Bonafini

Em 06 de abril de 2000, a *Universidad Popular Madres de Plaza de Mayo* iniciou suas atividades acadêmicas. No ato da inauguração, a *madre* e reitora honorária da UPMPM, Hebe de Bonafini² abriu as portas da instituição em uma pequena casa no centro de Buenos Aires e discursou: "[...] A Universidade nasceu grande como nossos filhos, linda e livre, absolutamente livre, como eles nasceram, e hoje, aqui, cortamos o cordão e a entregamos a vocês." (BONAFINI, 2000).

A instituição universitária projetada por essas mulheres materializava os ideais e os sonhos de seus filhos, muitos deles, estudantes universitários que formaram uma frente de resistência contra a violência imposta pela ditadura de 1976 e lutaram incessantemente contra as ações do governo autoritário em nome da liberdade e da democracia. Contudo, todos pagaram um preço alto, pois foram perseguidos, presos e torturados, além disso, outros foram banidos do país e muitos desapareceram.

As *madres* viveram à sombra da incerteza, mas com a esperança do reaparecimento ou, ao menos, de um esclarecimento das instituições oficiais. Assim, elas foram para as ruas, desafiaram o Estado, foram ameaçadas, perseguidas e perderam companheiras de luta durante os anos de repressão, porém sempre mantiveram a expectativa de um posicionamento das autoridades sobre os desaparecidos.

O enfrentamento por parte dessas mulheres tinha como propósito se desvencilhar do martírio imposto pela ditadura. Emma Goldman, ao analisar a situação social das mulheres em tempos de opressão, ressalta:

[...] A mulher procura libertar-se por toda parte; caminha para frente, [...] ocupa seu posto na luta pela transferência econômica, social e ética. [...] O problema da emancipação feminina é análogo ao da emancipação proletária: os que querem devem dar o primeiro passo. (GOLDMAN, 2017, p.121).

¹ Depoimento de Hebe de Bonafini. "Una universidad que te hace diferente". *Sueños Compartidos*. Cidade Autônoma de Buenos Aires: Editorial Fundación Madres de Plaza de Mayo, Ano I, n.º 1, ago. 2009, p. 10. (As fontes pesquisadas estão em língua espanhola e foram traduzidas pela autora do artigo).

² Hebe María Pastor de Bonafini se converteu em *madre del pañuelo blanco* em 08 de fevereiro de 1977, data em que levaram seu primogênito, Jorge. Em 06 de dezembro do mesmo ano, seu filho Raúl Alfredo também foi levado e em 25 de maio de 1978, María Elena Bugnone Cepeda, esposa de Jorge foi sequestrada. Todos permanecem desaparecidos. Hebe é presidente da *Asociación Madres de Plaza de Mayo* (AMPM) desde 1979 e foi designada reitora honorária da UPMPM por sua extensa atuação política na Argentina.

O primeiro passo dado pelas *madres* ocorreu em 30 de abril de 1977, quando catorze mulheres ocuparam a *Plaza de Mayo*. Após essa data, o grupo ganhou força e reconhecimento nacional e internacional e, por meio da *Asociación Madres de Plaza de Mayo* fundada em 1979 implementou inúmeros projetos sociais.

Após duas décadas de atuação social e política, as *madres* deram, então, segundo elas, um pontapé inicial para mais uma causa revolucionária, a fundação de um centro de estudos e de formação sem fins lucrativos e com uma concepção acadêmica comprometida com os valores de solidariedade, justiça, autonomia universitária e a inserção dos diferentes grupos sociais na instituição para, assim, criar circunstâncias concretas no que se refere a melhoraria das condições da existência humana, sobretudo, no país e também na América Latina.

Segundo Hebe, a UPMPM nasceu revolucionária e combativa e o seu projeto era impulsionar a revolução ampliando os métodos de luta e resistência por meio de debates, seminários e pesquisas, com o intuito de fortalecer a produção do conhecimento nas, com e para causas sociais. Desse modo, a *madre* destacava que a revolução no interior do contexto neoliberal e associado aos remanescentes da ditadura se faz por intermédio do saber e não apenas pela via armada: “[...] É algo muito importante que as *madres* querem dar aos jovens e, ao mesmo tempo, significa o melhor tributo à luta de nossos filhos [...] para enfrentar o inimigo, devemos formar, estudar, aprender a lutar também no campo das ideias.” (BONAFINI, 2000, p.13)

Com o propósito de superar as estruturas de iniquidade social e de formação educacional, em finais da década de 1980 e início de 1990, as *madres* estabeleceram contatos com diferentes movimentos sociais na América Latina com o objetivo de firmar alianças e fomentar uma educação voltada a formação em direitos humanos e, com isso, ampliar o conhecimento sobre temas, como desigualdade social, pobreza e precariedade no mundo do trabalho, elementos tão presentes na estrutura social e política da Argentina.

O projeto educativo da UPMPM

A ideia de fundar uma instituição de ensino ocorreu a partir de uma experiência vivenciada em 1996, no acampamento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), no Rio Grande do Sul. Na ocasião, as *madres* conheceram o projeto educacional do

movimento que tinha como objetivo central oferecer ao grupo de assentados uma educação para a emancipação política e garantir o protagonismo dos trabalhadores rurais na sociedade.³

Além do contato com o projeto educacional do MST, as *madres* conheceram outras propostas de formação política na América Latina, como a do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) que desenvolvia estudos e debates sobre o neoliberalismo e as suas implicações em países em desenvolvimento. A partir desses projetos, as *madres* buscaram meios para levar tais iniciativas ao povo argentino e, assim, iniciaram em agosto de 1999, o “Seminário de Análises Críticas da Realidade Argentina – 1983-1999”, a primeira experiência efetiva no âmbito educacional. Em entrevista ao jornal *Página 12*, Hebe explica que esta atividade contou com o apoio e a colaboração de intelectuais de várias áreas do conhecimento com o intuito de apresentar aos jovens os aspectos políticos e sociais da Argentina, no período subsequente ao fim da ditadura até a data do Seminário em 1999. (BONAFINI, 1999)

Para as *madres*, essa atividade político/cultural foi a experiência preparatória para a fundação da universidade que deveria promover uma educação com um amplo debate sobre os problemas sociais do país e, também, manter uma discussão atualizada sobre os legados deixados pelo regime militar à sociedade. A universidade deveria ser atuante e não apenas transmitir o saber, era necessário proporcionar o saber fazer, com uma formação integral que parte da experiência e da interação entre os diferentes grupos sociais. Outro elemento a ser considerado era manter viva a memória dos desaparecidos políticos no tempo presente e no tempo que estava por vir. Nas palavras de Hebe:

Nossos filhos nos ensinaram o valor da solidariedade. O valor único da vida e o amor à educação. Assim, pouco a pouco, estávamos expressando a ideia de iniciar os seminários [...], e então dar o passo para criar e parir uma Universidade Popular. Construir conhecimento é construir política. Uma Universidade de Luta e Resistência [...]. (BONAFINI, 2006)

A fundação de uma universidade de caráter popular e com a insígnia “luta e resistência” era, no mínimo, diferente para aquele contexto político, pois as universidades argentinas

³ O projeto educativo do MST busca a formação e o desenvolvimento do ser humano em suas diversas capacidades e tem como proposta quatro aspectos fundamentais: uma estrutura administrativa que envolva todos os membros no processo de decisão, com gestão democrática, direção coletiva e divisão de tarefas; a visão de que escola como um todo pode educar em todos os espaços; objetivar a formação pelo e para o trabalho e formas de estudo que materializem uma concepção de conhecimento que permita compreender a realidade e suas contradições essenciais. MARIANO, Alessandro. “Pedagogia da resistência e o projeto educativo das escolas do MST” In CASSIO, Fernando (org.). *Educação contra a barbárie – Por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019, pp.178-179.

procuravam se reconstruir dos impactos da ditadura que estabeleceu as reformas no ensino superior e restringiu a autonomia das universidades.

A UPMPM surgiu com múltiplas ambições acadêmicas e com um projeto epistemológico de uma educação alternativa em relação às tradições eurocêntricas, como aponta o artigo 9º do estatuto da universidade: “A promoção de condutas que consideram e fortalecem o pertencimento à terra, a cultura e a história argentina, bem como o conhecimento e a valorização das culturas nativas e os processos de independência e liberdade da Nossa América [...]. (UNIVERSIDAD POPULAR MADRES DE PLAZA DE MAYO, 2010, p.11)

De acordo com os teóricos dos estudos decoloniais e, em especial, Santiago Castro-Gómez, muitas instituições de ensino vêm buscando outras possibilidades para romper com a herança colonial que ainda permeia a educação universitária. O propósito é decolonizar essas instituições, o que não é algo simples, pois significa ir além dos discursos acadêmicos e políticos implantados desde o sistema colonial, e que se arrastou por séculos. Em outras palavras, decolonizar significa a aspiração de desconstruir os conceitos erigidos pela colonização que foram abreviados enquanto questão política, mas não enquanto relação social, e que é componente constituinte das contradições materiais da modernidade. (GOMÉZ, 2007, p. 80)

Uma alternativa para a desconstrução desse modelo epistêmico constituído nas universidades é a problematização das ideias que defendem a vertente de um conhecimento único e de raiz eurocêntrica, além disso, é de fundamental importância desconstruir a manutenção do olhar colonizador em relação aos sujeitos que vivem fora do mundo e dos padrões Ocidentais e, por último, valorizar a forma de ver e entender o mundo a partir do ponto de vista do colonizado. Nesse sentido, Gómez enfatiza que é necessário questionar toda estrutura triangular da colonialidade: a colonialidade do saber, do ser e do poder. (GOMÉZ, 2007)

Contestar esses referenciais eurocentrados, considerados símbolos da modernidade e que estão arraigados na produção do conhecimento nas universidades é, também, questionar o processo histórico de opressão imposto pela colonização ao longo dos séculos, principalmente, aqui na América e que, posteriormente, foi acentuado pela ação do neoliberalismo, como bem explica Edgardo Lander:

[...] O neoliberalismo é debatido e combatido como uma teoria econômica, quando na realidade deve ser compreendido como o discurso hegemônico de um modelo civilizatório, isto é, como uma extraordinária síntese dos pressupostos e dos valores básicos da sociedade liberal moderna no que diz respeito ao ser humano, à riqueza, à natureza, à história, ao progresso, ao

conhecimento e à boa vida. [...] O neoliberalismo é um extrato purificado e, portanto, despojado de tensões e contradições, de tendências e opções civilizatórias que têm uma longa história na sociedade ocidental. [...] No entanto, a naturalização da sociedade liberal como a forma mais avançada e normal de existência humana não é uma construção recente que possa ser atribuída ao pensamento neoliberal, nem à atual conjuntura política; pelo contrário, trata-se de uma ideia com uma longa história no pensamento social ocidental dos últimos séculos. (LANDER, 2005, p. 8)

Walter Mignolo também faz uma análise sobre essa dominação colonial, pois para as tradições eurocêntricas o desenvolvimento cultural é promovido pela Europa e tem um caráter civilizatório para aqueles considerados “bárbaros, primitivos e atrasados”, ou seja, esse modelo epistêmico tem o poder de subalternizar os saberes dos outros:

O ocidentalismo, e não o colonialismo foi a principal preocupação, primeiro, da coroa espanhola e dos letrados durante os séculos 16 e 17, e segundo, o do Estado e dos intelectuais durante o período da construção de nações, que definiu o processo mesmo da América Latina em sua diferença em relação à Europa e ao Ocidente [...] a América tornou-se a ‘filha’ e ‘herdeira’ da Europa [...]. (MIGNOLO, 2003, p. 138)

Na esteira dessas reflexões, as *madres* estiveram atentas com o protagonismo da classe operária, com os integrantes dos diferentes movimentos sociais da América Latina e, também, com os grupos considerados subalternos e excluídos, como os povos originários que foram silenciados por séculos pela tradição colonial. E, mesmo antes da UPMPM se tornar uma instituição pública, as *madres* defendiam uma educação popular, sem fins lucrativos, acessível e crítica em relação ao modelo colonizador e neoliberal de ensino, amplamente defendido pelos grupos economicamente e socialmente privilegiados.

Agustín Requejo Osorio esclarece que a educação popular visa, fundamentalmente, um ensino e uma aprendizagem participativa e coletiva. Desse modo, as instituições que fomentam a educação popular, assumem uma pedagogia em que os conteúdos trabalhados estão sempre associados às adversidades que circundam e afetam diretamente o meio social para, assim, promover a transformação concreta da sociedade. (OSORIO, 2006, p.133)

Uma das questões centrais do projeto universitário das *madres* é a emancipação epistêmica por meio da coexistência dos múltiplos saberes existentes na América Latina, das diferentes formas de se produzir o conhecimento e da evidência dos diversos valores étnicos que, por anos, foram silenciados pela tradição colonial. Essa nova forma de construção do conhecimento deve ser algo coletivo, como apresenta o artigo 5º do estatuto acadêmico da UPMPM:

Os processos de ensino e aprendizagem são resultados de uma construção coletiva, que é enriquecida pela troca de conhecimentos e experiências conduzidos por todos integrantes da comunidade universitária [...] A aprendizagem é teoria e prática, apoiada em bases científicas e éticas, tendendo a desenvolver o pensamento crítico dos estudantes, a capacidade de observar e analisar a sensibilidade social e seu comprometimento ativo na transformação de situações de desigualdade e opressão, com julgamento e iniciativa próprios e a responsabilidade social [...]. (UNIVERSIDAD POPULAR MADRES DE PLAZA DE MAYO, 2010, p.11)

A universidade das *madres* foi fundada a partir dessas premissas e com o intuito de propiciar às camadas populares e aos movimentos sociais a possibilidade de uma educação com incidência política e social, baseada em princípios inclusivos e com valores éticos, solidários e democráticos, a fim de superar qualquer prática educativa proposta pela matriz colonial e, também, refutar qualquer resquício do autoritarismo de Estado, e com isso, enfrentar todas as formas de exploração da classe dominante.

Para Teresa Basile, a proposta de educação da universidade aproxima-se fundamentalmente à teoria de Paulo Freire, uma vez que visa promover a conscientização política das camadas populares como um instrumento de transformação da sociedade. (BASILE, 2002, p. 206). Ou seja, uma educação fundamentada no exercício de conscientização e politização voltada para aquele que está na condição de subalterno, para que tenha consciência em relação à opressão que vive e que sofre e assim, por meio da formação crítica, transformar a sua realidade.

Com estes indicativos, fica evidente que a universidade das *madres* tem caráter popular e de resistência, na medida em que a sua origem está ligada a um movimento social, e que tem como prática educativa atuar nas lutas populares, promovendo uma educação como forma de produzir e não, apenas, reproduzir conhecimentos. Nesse sentido, os estudantes das classes populares teriam a condição de vivenciar uma educação contra a manipulação e o autoritarismo. Uma educação que tem como princípio o diálogo e a práxis, como defende Paulo Freire:

[...] educação popular e mudança social andam juntas. Essa educação renovada transforma não apenas os métodos de educar. Transforma também as pessoas que são educadas em uma sociedade em transformação.
[...] é uma nação que (ao mesmo tempo) educa e politiza as pessoas. (FREIRE; NOGUEIRA, 1993, p. 62)

A partir das reflexões de Paulo Freire sobre a práxis e a educação popular, vários são os exemplos de atividades práticas vivenciadas pelos estudantes da universidade, tais como a

participação nas Marchas de Resistências⁴ e também nas rondas em torno da *Plaza de Mayo*. Em abril de 2003, estudantes da UPMPM, acompanhados por professores e também pelas *madres*, realizaram uma visita à fábrica Zanon⁵, na cidade de Neuquén, lá, a comunidade universitária presenciou o dia a dia dos operários que ocuparam e passaram a administrar a fábrica de cerâmicas. A reitora acadêmica Inés Vázquez relatou a experiência em *locus*:

Os membros da UPMPM ali presentes sentem que a fábrica é uma aula e os trabalhadores e trabalhadoras são mestres de um conhecimento que geralmente não é ensinado nos espaços acadêmicos. Um privilégio, compartilhar sua luta e determinar-se a construir um conhecimento social, político, cultural tal como são: inovadores, firmes, solidários. (VÁZQUEZ, 2010, p. 1)

Outra experiência similar ocorreu na Brukman, em Buenos Aires. As trabalhadoras da fábrica têxtil conseguiram a aprovação de uma lei transferindo a atividade fabril para uma cooperativa de operárias. Essas mulheres resistiram às várias tentativas de desocupação violenta. É importante ressaltar que as *madres* e os estudantes da universidade manifestaram apoio contra a repressão das forças policiais durante todo o processo. A partir dessa vivência, os estudantes da Escola de Arte da UPMPM encenaram a peça “La Madre”, de Gorki-Brecht, realizada na oficina de costura da fábrica, como uma forma de prestar solidariedade às operárias da Brukman.

A *madre* Evel de Petrini⁶ explicou que a UPMPM foi instituída para oferecer algo diferente aos jovens universitários. Assim, ao fundarem a instituição, o conhecimento deveria ser prioritariamente coletivo, compartilhado e crítico com o objetivo de transformar a realidade e a sociedade. Em entrevista, a *madre* esclareceu:

A proposta pedagógica era justamente fazer uma universidade onde a juventude possa participar, ter sua ideologia própria e ter um ensino que fosse diferente do Estado [...], um ensino independente, um ensino com uma liberdade política [...]. (PETRINI, 2018).

⁴ Em 10 de dezembro de 1981, um grupo de cento e cinquenta *madres*, acompanhadas por seus familiares e amigos decidiram marchar por 24 horas seguidas para pressionar o governo militar, o ato ficou conhecido como 1ª Marcha da Resistência. Em 2006, as *madres* decidiram encerrar a atividade e retornaram apenas em 2015.

⁵ A fábrica Zanon inaugurada durante a ditadura militar foi uma das maiores produtoras de cerâmicas da Argentina. Em novembro de 2001, a empresa encerrou suas atividades e demitiu os 531 trabalhadores. Após uma ação judicial, eles ocuparam e conseguiram o direito de uso da fábrica por dois anos. Compraram cerca de 40% dos estoques da empresa e posteriormente venderam todo o estoque e, com os recursos arrecadados, reativaram a produção. A fábrica produz apenas 20% da capacidade total, mas é o suficiente para garantir um salário mensal para cada trabalhador. Nessa empresa, todos recebem o mesmo valor e não há a necessidade de pagar salários mais altos para o pessoal administrativo ou dividendos para acionistas. BILLI, Marcelo. “Argentinos assumem fábricas falidas”. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 19 jan. 2003. Mercado.

⁶ A *madre* Evel Aztarbe de Petrini viu seu filho Sergio pela última vez em 13 de julho de 1977. A partir dessa data, Evel juntou-se a outras *madres* em busca de notícias de seu filho.

Sob essa perspectiva, István Mészáros elucida que por intermédio da educação é possível reverter as condições desumanizantes da alienação sobre os indivíduos:

[...] o papel da educação é soberano, tanto para a elaboração de estratégias apropriadas e adequadas para mudar as condições objetivas de reprodução, como para a automudança consciente dos indivíduos chamados a concretizar a criação de uma ordem social metabólica radicalmente diferente. [...] (MÉSZÁROS, 2015, p. 65)

Nesse sentido, o estatuto acadêmico da UPMPM é ainda mais claro ao defender uma educação como prática de transformação social e que atenda principalmente os movimentos populares, os trabalhadores e as organizações defensoras dos direitos humanos:

A UPMPM direciona sua visão para a criação de um coletivo solidário, ético, criativo, capaz de gerar situações concretas de transformação das realidades sociais que contribuem para uma visão de mundo humanista, aberta ao pleno desenvolvimento das pessoas em comunidade e em harmonia com a natureza, com seus pares e consigo mesmos. [...] A avaliação do esforço pessoal em estreita relação com o grupo e a melhoria social, especialmente voltada para o estudo, trabalho e transformação de situações de desigualdade, sofrimento, exploração e opressão. (UNIVERSIDAD POPULAR MADRES DE PLAZA DE MAYO, 2010, pp. 09 e 10)

A partir do exposto, retornamos aos estudos de Mészáros ao defender a tese de que somente por meio da educação é possível conscientizar o indivíduo sobre o seu papel no mundo do trabalho e transformá-lo em um agente político, e que faz uso do conhecimento como arma para a mudança concreta da sociedade submetida à ordem do capital. (MÉSZÁROS, 2015).

Desse modo, entendemos que a universidade das *madres* busca estabelecer conexões entre as várias formas de conhecimentos e saberes, principalmente, em relação aos saberes oprimidos e construir alternativas à educação colonial e também neoliberal, como é apresentado nas justificativas do plano do curso de História:

O quadro conceitual que será proposto nesta carreira profissional será fortemente baseado no pensamento nacional latino-americano, nas contribuições das “vozes” enterradas em quinhentos anos de história dependente. [...] Essas outras vozes encontraram historicamente pouco eco nas universidades latino-americanas, mas na atual conjuntura de renovação e atualização do projeto histórico de unidade e integração latino-americana, torna-se imperativo que a Universidade Latino-Americana e o pensamento crítico finalmente se encontrem. (UNIVERSIDAD POPULAR MADRES DE PLAZA DE MAYO, 2012, p. 01)

Destarte, a instituição trabalhava com a possibilidade de uma diversidade epistêmica, articulando o conhecimento produzido nas universidades do ‘Ocidente’ com a valorização dos

saberes e dos valores das ‘vozes soterradas’ e, com isso, estabelecer uma relação de respeito entre as diferentes culturas, propostas essas, defendidas pelas universidades decoloniais e interculturais. (ROMERO, 2011)

Nesse sentido, Ignácio Politzer, coordenador do curso de História, faz um relato sobre a importância da universidade em oferecer um curso com uma estrutura curricular como forma de emancipação epistêmica:

[...] Significa envolver-se com a história de nossos povos latino-americanos para entendê-los e não apenas isso, mas também senti-los. Em resumo, significa estudar a história de homens e mulheres, mas olhando daqui, dos povos latino-americanos. (POLITZER, 2009, p.09)

A proposta de algumas universidades é objetivar a problematização e a desconstrução daquilo que era considerado matriz e valorizar o conhecimento e os saberes dos excluídos culturalmente. É na realidade, *decolonizar* as universidades com práticas humanizadoras, promovendo a conscientização dos indivíduos para que estes possam se libertar e se emancipar dos saberes pré-estabelecidos pela colonialidade.

Em pouco tempo de funcionamento e diante de tantos projetos, a UPMPM enfrentaria o primeiro impasse de ordem econômica. Entretanto, as dificuldades financeiras, não foram impedimento para a expansão das atividades desenvolvidas pela universidade e, no ano de 2003, na abertura do ciclo letivo foi realizada a cerimônia de formatura dos primeiros grupos de estudantes egressos da instituição. Durante a solenidade de entrega dos certificados confeccionados pelas próprias *madres*, os estudantes participaram do ato de juramento, confirmando os compromissos de luta pela emancipação política enunciados no estatuto da universidade:

“Você se compromete a honrar ética e politicamente com a luta das Madres de Plaza de Mayo?”, “Você se compromete a esforçar-se para levar ao triunfo a luta revolucionária de nosso povo?”, “Você se compromete a contribuir para a construção de um conhecimento coletivo voltado para a emancipação dos povos?”, “Você se compromete a honrar a memória dos 30.000 companheiros e companheiras e de todos aqueles que morreram na luta popular?” [...] “Sim, me comprometo!”, expressado a viva voz, com alegria e consciência da palavra assumida. (VÁZQUEZ, 2010, p. 02)

Com este indicativo, apoiamo-nos nas reflexões de Theodor Adorno. Segundo o filósofo, a educação cumpre o seu papel quando é capaz de emancipar o indivíduo ao promover autonomia e esclarecimento das situações concretas da vida em sociedade. O ensino deve ser uma arma de resistência à opressão em nome dos valores democráticos:

[...] Gostaria de apresentar a minha concepção inicial de educação. Evidentemente não a assim chamada modelagem de pessoas, porque não temos o direito de modelar pessoas a partir do seu exterior; mas também não a mera transmissão de conhecimentos, cuja característica de coisa morta já foi mais do que destacada, mas a produção de uma consciência verdadeira. Isto seria inclusive da maior importância política; sua ideia, se é permitido dizer assim, é uma exigência política. Isto é: uma democracia com o dever de não apenas funcionar, mas operar conforme seu conceito demanda pessoas emancipadas. Uma democracia efetiva só pode ser imaginada enquanto uma sociedade de quem é emancipado.

[...] quem defende ideais contrários à emancipação, e, portanto, contrários à decisão consciente independente de cada pessoa em particular, é um antidemocrata, até mesmo se as ideias que correspondem a seus desígnios são difundidas no plano formal da democracia. As tendências de apresentação de ideais exteriores que não se originam a partir da própria consciência emancipada, ou melhor, que se legitimam frente a essa consciência, permanecem sendo coletivistas-reacionárias. Elas apontam para uma esfera a que deveríamos nos opor não só exteriormente pela política, mas também em outros planos muito mais profundos. (ADORNO, 1995, p.141)

Para as *madres*, contribuir para a formação dos jovens estudantes era mais um incentivo para que a UPMPM ampliasse suas atividades para além dos seus domínios e, em poucos anos de existência, a universidade promoveu seminários, publicou periódicos, ampliou as ofertas dos cursos de graduação⁷ e inaugurou em 18 de agosto do mesmo ano, as Cátedras Bolivarianas, com a presença de Hugo Chávez Frías.

Neste evento, o então Presidente da República Bolivariana da Venezuela destacou o papel inovador das *madres* ao inaugurar uma cátedra para o desenvolvimento de estudos e reflexões sobre as dificuldades sociais que acometiam os vários países da América Latina, num momento em que as políticas neoliberais ganhavam força e dimensão.

Durante a exposição, Chávez defendeu a integração e o fortalecimento dos países latino-americanos e caribenhos para combater as injustiças e lutar pela liberdade e pelo esclarecimento das camadas populares diante dos inúmeros problemas emergidos pela ordem do capital, tão presentes na América Latina:

[...] Bolívar, entre muitas outras coisas, teve o brilho de cunhar frases daquelas que nunca morrem [...] Bolívar disse: ‘Que temos que olhar as coisas com calma? 300 anos de calma não são suficientes? Vamos colocar sem medo a pedra fundamental da liberdade latino-americana. Hesitar é nos perder. Hoje temos que dizer o mesmo: 500 anos de calma não é suficiente?’

⁷ A UPMPM iniciou suas atividades ofertando os seguintes cursos: Direito, Serviço social, História e Professorado em História e Comunicação. Em 2003, a instituição lançou os cursos de extensão: Psicodrama, Cinema Documental, Teatro, Educação Popular, Escola de Reflexão e Teoria Psicoanalítica, Cooperativismo, Desenho Gráfico e Música.

Já basta... vamos incentivar a batalha, porque é nossa. [...] Creio que é hora de agir, de nos organizarmos em uma grande força latino-americana [...] com uma mão para enterrar o que tem que morrer e com a outra para dar à luz e tirar o que deve nascer! Somos nós, temos que ser nós agora e aqui.

Vocês, *Madres de Plaza de Mayo*, da Argentina e da América, estão na vanguarda dessa dupla tarefa e, acima de tudo, a mais nobre, a mais digna, de dar à luz a um novo tempo. O que vemos hoje na América Latina é precisamente isso.

[...]

Estão inauguradas as Cátedras Bolivarianas da *Universidad Popular Madres de Plaza de Mayo*. Sucessos. Que contribuam para o parto da Pátria. Muito obrigado a todas e todos, amigos. (CHÁVEZ, 2013, p. 2-12)

Após duas horas e meia de um prolongado discurso no auditório da universidade, foram inauguradas as Cátedras Bolivarianas que estavam organizadas em duas unidades: “História da Argentina Bicentenária” e “Nacionalismo e Populismo em nossa América”. As aulas eram ministradas por professores de vários países que integram a América Latina, as atividades eram gratuitas e tiveram início em 15 de setembro, sob o título “História dos processos políticos latino-americanos”.

A UPMPM, ao introduzir as Cátedras Bolivarianas, objetivava despertar nos estudantes a formação de um pensamento analítico sobre as necessidades de construir uma unidade latino-americana para que o público tivesse dispositivos para enfrentar as imposições políticas e econômicas impostas pelo imperialismo norte-americano que buscava submeter os povos latinos à constante servidão social e econômica.

O ciclo letivo de 2003 foi efetivamente intenso para as *madres* que estiveram envolvidas com as várias atividades empreendidas pela UPMPM. O ano também marcava os vinte e seis anos de reivindicação por um posicionamento do poder público em relação aos desaparecidos políticos. No auditório da universidade, Hebe fez uma reflexão sobre o momento:

[...] Neste dia de hoje não podemos, nós *Madres*, deixar de falar sobre os filhos, e é por isso que estamos aqui, e por qual está esta universidade. [...]

[...] Então, isto que está dentro de nós, tão, tão forte, que nos encoraja tanto a continuar e a abrir essa Universidade, porque eles, nossos filhos, davam muita importância à educação e à formação... Eles sempre nos diziam: “mamãe, quando um homem está preparado, educado, lê e sabe, é muito difícil dominar”. [...]

[...] Por isso a Universidade. Pensamos muito neles! E cada vez que entramos nesta casa, digo: “Puxa! Onde eles estão agitando, para ver o que estamos fazendo?” Porque estamos convencidas de que eles, que tem 26 anos mais, [...] andam aqui agitando...

[...] A universidade é de muitos, é de todos que sentem que é possível mudar este mundo. Que este país, que hoje eles querem fazer em pedaços, é nosso!

[...] Obrigada por acreditar, por sentir que esta Universidade é algo importante para vocês. Para nós, é o maior sonho, no qual estamos colocando todos os esforços. (BONAFINI, 2003, p. 291-292)

As violações dos direitos e os desaparecimentos durante a ditadura são fatos de um passado recente, ainda muito presentes na memória da população e, além disso, as iniciativas sociais e culturais, como as desenvolvidas pelas *madres* desempenhavam um papel significativo com o intuito de fortalecer a sociedade democrática e, também, de fazer com que os fatos ocorridos não fiquem silenciados no passado. Deste modo, a universidade busca cumprir a sua função primordial, tornar-se um espaço alternativo, crítico e fértil em memória e em práticas viventes próprias do lugar social que elas se encontram.

Nesse caso, a memória tem o sentido de lembrar e homenagear seus filhos e manter vivas suas utopias e não sepultá-las num passado. As *madres* são como um elo fundamental entre esse passado e o presente, e que de algum modo as ações dessas mulheres são a continuidade da luta de seus filhos e, por isso, por elas estão carregadas dos ideais almejados por eles.

A partir do exposto, a universidade das *madres* buscava, com seu projeto de educação popular a construção coletiva do conhecimento entre os diferentes membros da comunidade acadêmica e também pelo intercâmbio com os diversos movimentos sociais da América Latina, sendo assim, o intento é articular o conhecimento, fortalecer as formas de resistência e contribuir para a emancipação social e política do indivíduo. Ou seja, compartilhar o conhecimento mobiliza e fortalece o homem em sua luta para a transformação da sociedade, ou como afirma Mészáros, a educação socialista confere a reciprocidade pela qual ela pode exercer sua influência e produzir um grande impacto sobre o desenvolvimento social na sua integridade. (MÉSZÁROS, 2015, p. 95)

REFERÊNCIAS

- ADORNO, Theodor W. *Educação e emancipação*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1995.
- BASILE, Teresa. *La Universidad Popular de las Madres de Plaza de Mayo: emergencia de nuevas prácticas en cultura y poder en la Argentina de la Posdictadura*. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2002. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/gt/20100916020737/6basile.pdf> Acesso em 1º ago. 2015.
- BONAFINI, Hebe. “Hemos hecho nacer outro hijo”. *Madres de Plaza de Mayo*, Cidade Autônoma de Buenos Aires, Ano XVI, n.º 173, abril de 2000.
- _____. “El mejor homenaje a los 30.000”, *Madres de Plaza de Mayo*, Cidade Autônoma de Buenos Aires, Ano XVI, n.º 172, março de 2000.
- _____. “Con la vida y la palabra”. *Página/12*, 06 ago. 1999.

- FREIRE, Paulo e NOGUEIRA, Adriano. *Que fazer – Teoria e Prática em Educação Popular*. Petrópolis: Editora Vozes, 1993.
- GOLDMAN, Emma. “Situação social da mulher” In RAGO, Margareth e BIAJOLI, Maria Clara P.(org.). *Mujeres libres da Espanha – Documentos da Revolução Espanhola*, São Paulo: Editorial Eleuterio, 2017.
- GOMÉZ, Santiago C. “Decolonizar la Universidad – La hybris del punto cero y el diálogo de saberes”. In: GOMÉZ, Santiago C., GROSGUÉL, Ramón. *El Giro Decolonial - Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 2007.
- LANDER, Edgardo (org.). *A Colonialidade do Saber: Eurocentrismo e ciências sociais*, Buenos Aires/São Paulo: CLACSO, 2005.
- MÉSZÁROS, István. *A educação para além do capital*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.
- MIGNOLO, Walter. *Histórias Locais/Projetos Globais: Colonialidade, saberes subalternos, pensamento limiar*, Belo Horizonte: EDUEMG, 2003.
- OSORIO, Agustín R. “As universidades populares: Contexto e desenvolvimento de programas de formação de pessoas adultas”. *Revista Lusófona de Educação*, v.8, n. 8, 2006.
- PETRINI, Evel. [jul.2018]. Entrevista concedida à Patrícia Sadaíke; Cidade Autônoma de Buenos Aires, 2018. Arquivo mp3 (20’42).
- POLITZER, Ignacio. “Una universidad que te hace diferente” *Sueños Compartidos*. Cidade Autônoma Buenos Aires: Editorial Fundación Madres de Plaza de Mayo, Ano I, n.º 1, ago. 2009.
- ROMERO, Agustín A. “Universidades interculturales y colonialidad del saber”. *Revista de Educación y Desarrollo*, Jalisco/México: Universidad de Guadalajara, n.º 16, pp. 19-26, jan.mar 2011.
- UNIVERSIDAD POPULAR MADRES DE PLAZA DE MAYO. *Estatuto Académico*. 2010.
- VÁZQUEZ, Inés. “La universidad de los derechos humanos”. *Sueños Compartidos*. Buenos Aires: Editorial Fundación Madres de Plaza, Ano II, n.º 16, nov. 2010. Suplemento 3.